

Dívida vai consumir 4% do PIB este ano

Josemar Gonçalves



Nogueira Batista (D) acha "sem futuro" a negociação atual

Para pagar todos os seus compromissos externos, incluindo os juros e os débitos junto ao FMI, ao Banco Mundial, ao BID e aos governos credores, o Brasil precisa gerar, este ano, um superávit comercial de US\$ 13 bilhões, enviando liquidamente ao exterior nada menos do que 4% do PIB.

A afirmação foi feita pelo economista Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, durante audiência pública promovida, ontem, pela sub-comissão da dívida externa da comissão de fiscalização e controle da Câmara dos Deputados. A audiência foi presidida pelo deputado Irajá Rodrigues, do PM-DB do Rio Grande do Sul.

Só promessas

Durante sua exposição, a qual foi seguida pela intervenção de vários parlamentares, Paulo Nogueira Batista Júnior classificou de "sem futuro" a negociação que está sendo conduzida atualmente pelo Brasil com os bancos credores, lembrando: "Já pagamos de nossas reservas cerca de US\$ 1,6 bilhão, correspondentes a mais de 30% das disponibilidades cambiais do País, e até agora não temos sequer um contrato assinado: apenas

promessas de um acordo convencional "profundamente danoso aos interesses nacionais".

Explicou o conferencista que o Brasil deve pagar este ano, somente aos banqueiros, cerca de US\$ 11,9 bilhões, correspondentes aos juros vencidos o ano passado e este ano, mas receberá apenas US\$ 4,9 bilhões significando que terá de fazer um desembolso mínimo apenas para os bancos, da ordem de US\$ 7,0 bilhões, os quais terão de ser retirados do superávit comercial.

A produção de megasuperávits comerciais, segundo Paulo Nogueira, acarreta quatro desvantagens principais: vem associado a um processo recessivo; reduz a capacidade de investimento do País, na medida em que transfere para o exterior, provoca pressão inflacionária via desvalorização cambial e desequilibra financeiramente o setor público, na medida em que impõe a emissão de moeda e de títulos para o lançamento, no mercado, do contravalor em cruzados dos dólares que ingressam.

Soberania

Para o economista a solução está numa renegociação soberana da dívida, tendo como referencial a troca de uma parcela dessa dívida por ativos do País no exterior, tal

como o Brasil havia inicialmente proposto. "Infelizmente, porém — acrescentou — faltou apoio político interno à proposta de renegociação inicialmente montada pelo Governo apoiado na moratória e o presidente Sarney voltou atrás, concordando com uma negociação convencional".

Para Nogueira Batista há ainda alguns pontos obscuros na negociação em marcha, para os quais ele alertou a Comissão de Fiscalização e o Congresso. Os problemas pendentes são basicamente cinco: a definição da extensão do "spread" ou taxa de risco, que deve estender-se ao total da dívida e não apenas a uma parcela; a regularização do reempréstimo, com o propósito de evitar pressões monetárias imoderadas; o problema da conversão de parte da dívida em capital de risco, com o propósito de evitar a introdução, no acordo, de cláusulas que afetem o poder do Banco Central de livremente regulamentar a matéria; os aspectos jurídicos do acordo, sobretudo a escolha do foro para dirimir eventuais pendências e finalmente o problema dos desembolsos, para definir se haverá ou não vinculação com os desembolsos provenientes de um acordo com o Fundo Monetário Internacional — FMI.